

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS
SOBRE CULTURA E COMUNICAÇÃO

PROMOÇÃO DE INCENTIVO À LEITURA POR ADULTOS
COMO ESTRATÉGIA PARA A AMPLIAÇÃO DO PÚBLICO LEITOR

Heloísa Sobral

São Paulo. Dezembro de 2015

PROMOÇÃO DE INCENTIVO À LEITURA POR ADULTOS COMO ESTRATÉGIA PARA A AMPLIAÇÃO DO PÚBLICO LEITOR¹

Heloísa Sobral²

RESUMO

Há apenas 29% de leitores de livros no País, sendo que a metade é de crianças e jovens estudantes com leituras obrigatórias. Este trabalho referencia-se nos elementos teóricos sobre a relevância da leitura como educação continuada, que propicia o empoderamento do cidadão, fomenta a transformação social e o exercício da cidadania cultural. Investiga as práticas para a promoção da leitura, objetivo buscado no Plano Nacional do Livro e da Leitura PNLL, que norteia políticas públicas federais, estaduais e municipais voltadas ao incentivo à leitura. Trata do não leitor adulto, maioria da população e com longa expectativa de vida, e das possibilidades de despertar seu interesse para que adote o hábito da leitura, revertendo a tendência de retrocesso a uma pequena elite letrada que aprofunda a desigualdade em nosso país. O trabalho compara as premissas das políticas públicas aos principais motivos da baixa adesão ao hábito da leitura, entre eles o índice de alfabetismo funcional. Relata os resultados do estudo das ações de incentivo à leitura da MUDA Práticas, produtora que atua na promoção da leitura para público adulto. Com os dados de campo coletados e referências teóricas, levanta elementos para a discussão de estratégias que possam contribuir para ações que promovam o hábito da leitura pelo público adulto, uma prática que ajuda as pessoas a construir sua individualidade, refletir, estruturar um discurso, ampliar seu universo cultural, exercer a cidadania cultural e a inspirar as crianças e jovens ao prazer da leitura.

Palavras chave

Interesse pela leitura. Transformação social. Formação de leitores. Educação permanente.

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado como condição para obtenção do título de Especialista em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos, produzido sob a orientação do Prof. Silas Nogueira.

² Graduada em Jornalismo pela Fundação Cásper Líbero e em Comunicação Social pela Fundação Armando Álvares Penteado. É gestora de projetos culturais na MUDA Práticas, onde cria e implementa ações de incentivo à leitura para adultos, em espaços públicos ou de amplo acesso.

ABSTRACT

There are only 29% of book readers in the country, half of which are children and young students with required reading. This paper addresses theoretical elements regarding the relevance of reading as continuing education which advances the empowerment of citizens, as well as fostering social transformation and exercising cultural citizenship. Practices for encouraging reading, the objective of the PNLL, *Plano Nacional do Livro e da Leitura* (National Book and Reading Plan), which provides guidelines for federal, state and municipal public policies with respect to providing incentives for reading, were investigated. This paper looks at adult non-readers who are the majority of the Brazilian population and who have a long life expectancy, and the possibilities of awakening their interest in adopting the habit of reading and reverting the regressive tendency towards a small literate elite which increases inequality in Brazil. It also compares the premises of public policies with the main reasons for low levels of the reading habits, among them the level of functional literacy. It relates the results of actions for encouraging reading undertaken by MUDA Práticas, a production company active in promoting reading to an adult public. With data from field research and theoretical references, elements are raised for the discussion of strategies that might contribute to promoting the habit of reading among the adult public, a practice that helps people to build their individuality, to reflect, to structure a discourse, to broaden their cultural horizons, to exercise cultural citizenship and to inspire in children and young people, the pleasure of reading.

Keywords

Reading interest. Social transformation. Training of readers. Continuing education.

RESUMEN

Hay sólo un 29 % de los lectores de libros en el país , de los cuales la mitad son niños y jóvenes estudiantes , con lecturas obligatorias . Este trabajo toma como referencia los elementos teóricos sobre la relevancia de la lectura como educación continua que propicia un empoderamiento del ciudadano, fomenta la transformación social y el ejercicio de la ciudadanía cultural. Investiga las prácticas para la promoción de la lectura, objetivo buscado en el PNLL, *Plano Nacional do Livro e da Leitura* (Plano Nacional del Libro y de la Lectura PNLL), que guía las políticas públicas federales, estatales y municipales enfocadas en el incentivo a la lectura. El texto se basa en el no lector adulto, mayoría de la población y con mayor expectativa de vida, y de las posibilidades de despertar su interés para que adopte el hábito a la lectura, revirtiendo la tendencia de retroceso a una pequeña elite letrada que aumenta la desigualdad en nuestro país. El trabajo compara las premisas de las políticas públicas a los principales motivos de la baja adhesión al hábito a la lectura, entre ellos el índice de alfabetismo funcional. Relata los resultados de las acciones de incentivo a la lectura de MUDA Práticas (MUDA Práticas), productora que actúa promoviendo la lectura para el público adulto. Con los datos de campo recogidos y referencias teóricas, levanta elementos para la discusión de estrategias que puedan contribuir para acciones que promuevan el hábito a la lectura por el público adulto, una práctica que ayuda a las personas a construir su individualidad, reflexionar, estructurar un discurso, ampliar su universo cultural, ejercer la ciudadanía cultural y a inspirar los niños y jóvenes al placer de la lectura.

Palabras clave

Interés por la lectura. Transformación social. Formación de lectores. Educación continua.

1. INTRODUÇÃO

O ato de ler implica sempre percepção crítica, interpretação e “re-escrita” do lido.

Paulo Freire (1989)

A importância do ato de ler, como um ato político, de ampliar o conhecimento e de atuar na sociedade, dá título a uma das obras do educador Paulo Freire e resume à essência a relevância da leitura para a plena realização da condição humana e da capacidade para entender o mundo. A leitura contribui para a construção da linguagem, do pensamento crítico e na elaboração do uso da palavra, transmitindo o que se percebe. É a base para uma cultura do discernimento e do diálogo, democrática e inclusiva.

É por meio da leitura que se tem acesso à maior parte dos conhecimentos acumulados pela humanidade, de Sócrates aos saberes das populações tradicionais. Descobre-se pessoas e ideias, vive-se realidades diversas, o que propicia a reflexão e a formação de opinião. Na leitura, reside o poder da palavra, de saber expressar o apreendido e, assim, transformar a si e à sociedade, no exercício da cidadania.

A fruição da literatura é psicologicamente indispensável, tão necessária para o equilíbrio do indivíduo quanto sonhar, defende Antonio Candido. A literatura é um direito humano que nos permite conhecer os sentimentos e a sociedade, ajudando-nos a tomar posição em face deles, completa ele.

Não há povo e não há homem que possa viver sem ela (a literatura), isto é, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação. Assim como todos sonham todas as noites, ninguém é capaz de passar vinte e quatro horas do dia sem alguns momentos de entrega ao universo fabulado. [...] Ora, se ninguém pode passar vinte e quatro horas sem mergulhar no universo da ficção e da poesia, a literatura concebida no sentido amplo parece corresponder a uma necessidade universal, que precisa ser satisfeita e cuja satisfação constitui um direito. (CANDIDO, 1970, p. 174)

Embora o domínio da escrita e da leitura seja um instrumento decisivo que define uma condição sociocultural desejada e necessária na contemporaneidade, o Brasil apresenta uma defasagem histórica na formação de leitores e na adoção do hábito da leitura: apenas 30% da população declara-se leitora.

Para se buscar os principais motivos que geraram esse perfil predominantemente não-leitor, levantou-se dados sobre a evolução da alfabetização no País e as metodologias empregadas para a erradicação do analfabetismo, pesquisou-se as políticas públicas para a

promoção do livro e da leitura, os indicadores de tendências e oportunidades para o fomento da leitura e educação continuada, estudou-se o caso da produtora cultural MUDA Práticas, especializada em ações de incentivo à leitura por adultos, com observação participante (YIN, 2001, pp. 24-27) e levantou-se outras iniciativas da sociedade civil para a promoção da leitura em formatos e espaços não convencionais.

1. A formação do país e a alfabetização do brasileiro

Colonizado pelos portugueses, com baixo índice de alfabetização e de leitura, e de dois povos de cultura oral: os indígenas, originários, e os africanos, trazidos pela escravidão, o Brasil detém uma rica cultura oral e uma herança de analfabetismo. O censo demográfico de 1890 acusava a existência de 82% de analfabetos (UNESCO, 2008).

A escrita e a leitura, durante muitas décadas, permaneceram como privilégio da elite de proprietários e da alta burguesia. Nos anos 1950, metade da população adulta brasileira era analfabeta. O direito de todos à educação pública e gratuita havia sido estabelecido pela Constituição Federal de 1946, quando surgiram as primeiras políticas públicas para sistematizar o ensino básico a crianças e a alfabetização de adultos.

Havia pressa do Governo Federal e pressão da recém-criada Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para reduzir o analfabetismo, promovendo mudanças individuais que incluíssem as pessoas na vida cívica e as capacitassem para o trabalho com incremento da produtividade, planos necessários para os objetivos desenvolvimentistas de então. Criadas pelo Serviço de Educação de Adultos do Ministério da Educação, campanhas para alfabetização de adultos foram implementadas com poucos resultados efetivos, pela curta duração do aprendizado e inadequação do material pedagógico ao público que pretendia atender, embora contribuíssem para o exercício da cidadania, uma vez que, para votar, as pessoas precisavam saber ler e escrever.

No início dos anos 1960, quando o Brasil era governado por Juscelino Kubitschek, o presidente “bossa-nova” entusiasta da internacionalização, inaugurava-se Brasília em meio a uma crise política, social, econômica e educacional, ao mesmo tempo em que ganhava corpo um intenso movimento intelectual para formular uma cultura de traços nacionais, de base popular. Em busca de uma ligação maior com as camadas populares, marxistas e gramscianas, realizavam-se atividades por meio de publicações, peças teatrais, cinema e música (RUBIM, 1995, p. 69).

Nesse contexto de reivindicação de reformas e com 39,6% de analfabetos adultos, sem direito a voto, encetou-se uma cruzada para a erradicação do analfabetismo, na qual se empenharam, com diferentes motivações, intelectuais e governo. Foi convidado para essa missão o educador Paulo Freire, que interpretava o analfabetismo como produto de estruturas sociais desiguais e, portanto, efeito e não causa da pobreza. O Método de Alfabetização Paulo Freire pressupunha que a compreensão da realidade e a capacidade de expressar a crítica e atuar sobre ela dariam condições de emergir um Homem politizado e consciente de si mesmo, apto a fazer escolhas próprias.

É neste sentido que a leitura crítica da realidade, dando-se num processo de alfabetização ou não, é associada sobretudo a certas práticas claramente políticas de mobilização e de organização, pode constituir-se num instrumento para o que Gramsci chamaria de ação contra-hegemônica. (FREIRE, 1989, p.14)

O golpe militar de 1964 interrompeu os preparativos para o início das ações do Plano Nacional de Alfabetização que o educador coordenava. A repressão que se abateu sobre os movimentos de educação popular acabou levando Paulo Freire ao exílio (MARQUES NETO, 2010).

Em 1967, a ditadura militar implementou o Mobral, Movimento Brasileiro de Alfabetização, com o objetivo de proporcionar alfabetização e letramento de pessoas acima da idade escolar. Embora o projeto pedagógico do Mobral incorporasse parte do Método Paulo Freire, que previa o aproveitamento das experiências dos alunos, na prática retomou o modelo tradicional “de cima para baixo”, sem que houvesse uma troca ou busca de interação para despertar o interesse pelos conteúdos, aproximando-os da realidade vivida. O projeto é extinto em 1985, na transição para a democracia (UNESCO, 2008).

A instituição do ensino Supletivo para jovens e adultos excluídos da escola regular veio na reforma de 1971. Com recursos escassos e sem a adequada formação de professores, esta acabou por ser associada a educação de baixa qualidade.

Estatisticamente, reduziu-se a taxa de analfabetismo de adultos, porém atribui-se ao Mobral e ao Supletivo a formação de alfabetizados funcionais.

A Constituição de 1988 concedeu aos jovens e adultos o direito ao ensino fundamental público e gratuito e comprometeu os governos com a superação do analfabetismo e a provisão do ensino elementar para todos. As políticas educacionais dos anos 1990, entretanto, priorizaram exclusivamente a universalização do acesso das crianças e adolescentes ao ensino fundamental, um objetivo que viria a ser alcançado no final da década 1990 com o índice 97%

das crianças de 7 a 11 anos matriculadas no ensino básico. Outros níveis e modalidades de ensino, entre os quais a educação de jovens e adultos, foram relegados a um plano secundário na agenda das políticas educativas (UNESCO, 2008).

Depois disso, programas estaduais e municipais, movimentos e organizações civis promovem programas de alfabetização de jovens e adultos. São iniciativas pulverizadas, como o Brasil Alfabetizado, que cada Estado implementa de acordo com seus recursos e possibilidades, com maior ou menor sucesso, na empreitada de erradicação do analfabetismo de jovens e adultos. O MOVA, presente em parte dos Estados brasileiros, o programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), uma das iniciativas mais duráveis, iniciada em 1992, e programas pontuais da iniciativa privada reduziram o percentual de analfabetos com mais de 15 anos de idade: em 1991, eram 20,1% da população. Em 2010, o censo demográfico do IBGE apurou 9,6% de pessoas analfabetas jovens e adultas (IBGE, 2012).

Por outro lado, em 2011 o INAF (Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional), apontou 27% de alfabetizados funcionais e 26% de alfabetizados plenos. Ou seja, apenas um em cada quatro jovens e adultos brasileiros de 15 anos ou mais consegue compreender totalmente as informações contidas em um texto e relacioná-las com outros dados. Um outro dado que merece atenção: 38% dos estudantes universitários foram avaliados apenas como alfabetizados funcionais, com níveis rudimentar e básico de alfabetização, sem a competência plena de leitura, o que prejudica seu desempenho em todas as áreas do conhecimento, inibindo o pensamento analítico e a articulação de ideias (IPM, 2011).

ANALFABETOS FUNCIONAIS

Analfabetos: não conseguem realizar nem mesmo tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases ainda que uma parcela destes consiga ler números familiares (números de telefone, preços, etc.).

Alfabetizados em nível rudimentar: localizam uma informação explícita em textos curtos e familiares (como, por exemplo, um anúncio ou pequena carta), leem e escrevem números usuais e realizam operações simples, como manusear dinheiro para o pagamento de pequenas quantias.

FUNCIONALMENTE ALFABETIZADOS

Alfabetizados em nível básico: leem e compreendem textos de média extensão, localizam informações mesmo com pequenas inferências, leem números na casa dos milhões, resolvem problemas envolvendo uma sequência simples de operações e têm noção de proporcionalidade.

Alfabetizados em nível pleno: pessoas cujas habilidades não mais impõem restrições para compreender e interpretar textos usuais: leem textos mais longos, analisam e relacionam suas partes, comparam e avaliam informações, distinguem fato de opinião, realizam inferências e sínteses. Quanto à matemática, resolvem problemas que exigem

maior planejamento e controle, envolvendo percentuais, proporções e cálculo de área, além de interpretar tabelas de dupla entrada, mapas e gráficos. (IPM, 2011)

Na avaliação de 2012 do Pisa Programa Internacional de Avaliação de Alunos, o desempenho dos estudantes brasileiros em leitura piorou em relação a 2009. O Brasil ficou na 55ª posição do ranking de leitura, abaixo de países como Chile, Uruguai, Romênia e Tailândia. A análise desse resultado pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) atribuiu o fato à célere inclusão de alunos na rede de ensino, o que muda o perfil dos estudantes avaliados, agora composto por grupos sociais vulneráveis e de comunidades rurais (BRASIL, 2014a).

A democratização do acesso à educação básica por crianças e adolescentes e os programas para erradicação do analfabetismo não geraram a transformação social esperada.

Políticas públicas com estratégias para despertar nos adultos o interesse pela leitura podem contribuir para mudar esse quadro, transformando, fora da escola, alfabetizados de nível rudimentar e básico em alfabetizados plenos (IPM, 2011).

(...) Isto porque a leitura da palavra é sempre precedida da leitura do mundo. E aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade. (SEVERINO in: FREIRE, 1989, p. 7).

2. Políticas públicas para a promoção do livro e da leitura

Não se dispõe de pesquisas sistematizadas sobre avaliação de atividades pró-leitura no país anteriores a esse século, o que dificulta o diagnóstico de políticas para o setor, inclusive aquelas veiculadas pela sociedade.

O Instituto Nacional do Livro, fundado em 1937, proveu bibliotecas públicas e apoiou a então nascente e tímida indústria editorial. Desmontado no governo Collor (1990-1992), foi posteriormente substituído pela Secretaria Nacional do Livro, esta última também extinta em 2003, pelo Ministério da Cultura, mesmo ano em que foi instituída a Política Nacional do Livro, que consolidou as iniciativas governamentais então dispersas para a promoção do livro e da leitura. Foi o primeiro passo para que, em 2006, os Ministérios da Cultura e Educação editassem a Portaria Interministerial n. 1442, garantindo a estrutura e o marco legal para o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), que ganha a dimensão de Política de Estado, de natureza abrangente.

(...) A partir do ato da leitura podemos então desenvolver um certo número de operações cognitivas, hierarquizando os argumentos, comparando os enunciados, descartando ideias que pouco nos agradam, destacando outras e colocando aquelas que mais apreciamos em contato com ideias e enunciados de outros livros, de outros temas, de outros autores, de outros mundos. Usamos essas ideias – que agora já nos constituem – nas conversas com nossos amigos, em nosso trabalho, em nossos lares. Nos utilizamos delas para sermos melhores amigos e amigas, melhores pais e mães, melhores trabalhadores, melhores empresários ou melhores políticos. Quando falamos de livro e leitura falamos, portanto, de expansões e de potencialidades. (GIL, 2006, informação verbal)³.

O PNLL estruturou-se em quatro eixos de organização para formar uma sociedade leitora, entendida como condição essencial e decisiva para o desenvolvimento social e cidadania:

1. democratização do acesso;
2. fomento à leitura e à formação de mediadores;
3. valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico;
4. desenvolvimento da economia do livro. (SÃO PAULO, 2015)

O PNLL é instituído pelo Decreto Federal n. 7.599 em 2011, com conteúdo ampliado, contemplando também políticas para o atendimento a pessoas com deficiência, os educandos jovens e adultos, as novas tecnologias de informação e comunicação, bem como o apoio a novos espaços de leitura. Como Política de Estado, prevê a formulação e implementação de Planos Estaduais e Planos Municipais de Livro e Leitura (PELLs e PMLLs).

Em 2014, o Ministério da Cultura publicou o Caderno do PNLL, uma revisão crítica dos eixos que nortearam a organização do PNLL de 2006 e o decreto de 2011, trazendo os indicadores do que não se concretizou como esperado: não houve o aumento de leitores crianças e adolescentes com as diretrizes de democratização de acesso ao livro por meio das bibliotecas escolares e da formação de mediadores para o incentivo à leitura, em que se capacitaram professores e bibliotecários (BRASIL, 2014a).

Mais do que a escola e a biblioteca, o ambiente no entorno da criança e do adolescente é fundamental na sua formação como leitor. Pais que leem e têm livros em casa estimulam os filhos à adoção do hábito da leitura. Mediadores carecem de formação adequada, que não se restrinjam a tornar a leitura obrigatória, esvaziada de sentido, conclui-se no Caderno do PNLL 2014.

³ Apresentação do então Ministro da Cultura Gilberto Gil, no lançamento do PNLL.

O Caderno do PNLL 2014 aborda, ainda, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que exige uma relação diferenciada com o livro e a leitura, criando condições favoráveis para a sua receptividade, considerando que todos já têm uma experiência de vida a referenciá-los. É uma pequena e isolada menção ao público adulto.

No Decreto de 2011, como também no Caderno do PNLL 2014, o adulto não leitor, maioria da população e influenciadora de crianças e adolescentes, não é contemplado com ações específicas que incentivem o hábito da leitura ou, ainda, o aprimoramento que o tornem um alfabetizado pleno.

Ao explicitar a posição conceitual do PNLL e os pressupostos sobre o qual se assenta, o Caderno do PNLL 2014 cita fatores qualitativos e quantitativos identificados pela UNESCO como necessários para a existência expressiva de leitores em um país:

- o livro deve ocupar destaque no imaginário nacional, sendo dotado de forte valor simbólico e valorizado por amplas faixas da população;
- devem existir famílias leitoras, cujos integrantes se interessem vivamente pelos livros e compartilhem práticas de leitura, de modo que as velhas e novas gerações se influenciem mutuamente e construam representações afetivas em torno da leitura;
- devem haver escolas que saibam formar leitores, valendo-se de mediadores bem formados (professores, bibliotecários, mediadores de leitura) e de múltiplas estratégias para alcançar essa finalidade.
- deve ser garantido o acesso ao livro, com a disponibilidade de um número suficiente de bibliotecas e livrarias, entre outros aspectos;
- o preço do livro deve ser acessível a grandes contingentes de potenciais leitores. (BRASIL, 2014a, pp. 15-16).

Adicionalmente, a UNESCO dá especial atenção à competência em informação e aprendizado ao longo da vida como um direito humano básico em um mundo digital, necessário para promover o desenvolvimento, a prosperidade e a liberdade – no âmbito individual e coletivo – e para criar condições plenas de inclusão social.

Esse conjunto de pressupostos dá origem a eixos de linhas de ação explicitados no Caderno do PNLL 2014, onde se enfatiza que visam balizar iniciativas e ações das instituições e entidades da sociedade, não significando que serão efetivamente desenvolvidas pelo Governo Federal (BRASIL, 2014a).

3. Som e imagem nos hábitos culturais dos brasileiros

A relação dos brasileiros com o audiovisual é historicamente anterior à sua relação com o livro e a leitura, que nunca chegou a alcançar largas faixas da população. O rádio e a televisão, gratuitos e acessíveis no lar, contribuíram para que se passasse, sem mediação, da oralidade para a cultura audiovisual, com pessoas mais aptas a ouvir e ver imagens do que a lê-las, como apontado por Nelson Werneck Sodré, entre outros pensadores (BRASIL, 2006).

O Panorama da Cultura Brasileira (BRASIL, 2014b) revela que as práticas culturais familiares privilegiam o lazer audiovisual e em casa: ouvir música (44%), assistir a TV (39%), ouvir rádio (38%), acessar a internet (30%) e filmes em casa (20%). A leitura de livros é praticada por 8% dos entrevistados. Nas atividades fora do lar, lideram a religião e a ida ao cinema.

Na mesma pesquisa, os respondentes comentam sobre as práticas culturais dos pais: 32% dos pais leem livros, 30% dos pais leem para os filhos, percentual semelhante aos que presenteiam os filhos com livros. Há estreita relação entre o envolvimento e hábitos dos pais com o que o indivíduo apresenta de preferência.

A Pesquisa Nacional Públicos de Cultura, realizada pela Fundação Perseu Abramo para o SESC, em 2014, indica que a TV é o principal canal de informação e entretenimento para 62% da população: 54% assistem a novelas, 62% assistem a filmes e 44% assistem a jornais de notícias. A maior parte das pessoas (58%) não leu nenhum livro nos últimos seis meses e os que leram possuem uma média de apenas 1,2 livros lidos neste período. É significativa a utilização da TV aberta como meio principal de adquirir informação sobre o que acontece em sua cidade, no Brasil e no mundo.

A internet foi citada, neste aspecto, por um terço dos entrevistados (superando a TV aberta e se destacando como principal meio apenas nos estratos de renda acima de cinco salários mínimos), seguida de conversas entre amigos, rádio, jornais impressos e TV por assinatura. Pouco mais da metade das pessoas pesquisadas afirmou que usa computador e internet. As principais finalidades do uso do computador e da internet se concentram no entretenimento e pesquisa: conhecer pessoas e entrar em salas de papo (35%), buscar notícias (28%), utilizar sites de busca (22%) e enviar e-mails ou mensagens (14%).

Embora de fontes e períodos diferentes, a proporcionalidade dos indicadores das pesquisas sobre o hábito da leitura destaca a influência dos familiares nesse quesito: nos lares de não leitores 63% dos informantes nunca viram os pais lendo (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2008, p. 69).

Pesquisa específica sobre hábitos de leitura apurou que, do universo de 50% dos que se declaram leitores, apenas 29% leem livros, sendo 25% leitores de livros impressos e 4% de livros digitais (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2011, pp. 26, 27 e 42). Desses, metade são crianças e jovens estudantes. Sendo o segmento de livros didáticos os líderes em vendas de exemplares (FIPE, 2014), pode-se supor que fazem as leituras consideradas obrigatórias no currículo de educação formal.

Em 2014, o setor editorial brasileiro produziu 235 milhões de livros didáticos, 139 milhões de obras gerais, 82 milhões de livros religiosos e 44 milhões de livros científicos, técnicos e profissionais (FIPE, 2014).

Leitor, pelos critérios comuns às pesquisas, é a pessoa que leu um livro ou parte dele nos últimos três meses. As pesquisas também consideram conteúdos literários nos meios digitais. Pesquisas mais recentes, como o Panorama da Cultura Brasileira (BRASIL, 2014b) e Pesquisa Nacional Públicos de Cultura (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2014) constataam um declínio da leitura não só nos meios impressos como também nos digitais.

4. Tecnologia e tecnointeração

As mídias de massa de som e imagem, principais fontes de informação da população brasileira, como revelam as pesquisas acima citadas, caracterizam-se, segundo Moraes (2008) pelo efêmero e superficial e têm em sua essência a conversão da cultura em economia, com conteúdos que são suporte para a formação e motivação de consumidores:

...o parâmetro com que se mede a experiência tende a ser sua capacidade de produzir entusiasmo, não a profundidade de suas impressões [...]. (MORAES, 2008, p. 36)

Paralelamente, a crescente interatividade multimídia permite a estocagem de grandes volumes de dados e sua rápida transmissão, em que se perde a interpretação desses dados, sua contextualização e profundidade (MORAES, 2008). “É preciso acompanhar as mudanças, mesmo sem que se conheça exatamente sua natureza” (SODRÉ, Muniz. p. 9).

Apropriadas por grandes grupos de comunicação e sustentadas publicitariamente pelas grandes empresas, as mídias de massa promovem a hegemonia comportamental e requalificam a vida social em função dos interesses do mercado que provê seus rendimentos financeiros.

Embora, no Brasil, não haja ainda a universalização de acesso, a evolução das plataformas digitais interativas poderá revelar-se como um canal de educação permanente, a serviço do usuário, com informação qualificada, não mediada e não mercantilizada. Há o risco, porém, de que venha a exercer um papel semelhante à mídia de massa, de excesso de dados, com superficialidade e efemeridade, a depender de como e em que contexto o usuário seja iniciado na tecnologia digital.

Com educadores bem formados e treinados, é possível que, com a inclusão digital promovida nas escolas, concretize-se no Brasil a tendência apontada no livro *Leitores, Espectadores e Internautas* (CANCLINI, 2008), de que a atratividade das tecnologias eletrônicas conquistará mais jovens leitores nos países latino-americanos. Para tanto, será fundamental que se incentive a leitura e a escrita em qualquer suporte e as práticas educativas convirjam para as plataformas digitais, apesar da relutância de escolas e professores à interação da leitura com a cultura oral e a audiovisual eletrônica.

A comunicação digital caracteriza-se por textos curtos e tem códigos próprios, com escrita reduzida. Mensagens eletrônicas não exigem escrever com clareza ou tratar informações e dados de maneira lógica para expressar ideias e proposições de forma inteligível, com começo, meio e fim. Assim, o desenvolvimento das habilidades da escrita e da leitura em plataformas eletrônicas muito depende de como e com que finalidade elas são introduzidas nas escolas e nos lares, o que, pela recência, só será mensurável nos próximos anos.

5. Despertar no adulto o interesse e o prazer pela leitura, um exercício de sedução.

Incentivar o adulto a ler é uma empreitada fundamental para a formação de leitores de qualquer idade e a promoção da educação continuada, com aprendizagem ao longo da vida, para além da escolarização ou da educação formal.

...ao contrário das variantes tradicionais da educação de adultos institucionalizada, o movimento de educação permanente pretende abarcar todos os níveis de educação, todas as suas dimensões e, conseqüentemente, todos os seus modos e espaços de trocas de saber. (BRANDÃO, 1984, p.65)

No Brasil, temos dois grandes desafios não contemplados pelas políticas públicas:

1. Alcançar a alfabetização plena de todos os cidadãos adultos; e

2. Motivá-los, por meio da leitura, à educação continuada, para que se mantenha participativo e exercitando sua cidadania cultural.

Aqui, não vamos elencar a população analfabeta adulta, que lentamente vai saindo dessa condição por meio do EJA e outros programas da iniciativa privada e governos. Esse é um público a ser “contaminado” positivamente pela prática da leitura de seus familiares, assim como as crianças e adolescentes em idade escolar.

Em ambos os desafios, a literatura é um instrumento valioso para capacitá-los a ler textos mais longos, comparar e avaliar informações, distinguir fato de opinião e melhorar sua escrita.

O alfabetizado funcional já teve contato com a literatura durante a educação básica e, por vezes, no ensino superior. Tem, portanto, familiaridade com o objeto livro, porém na forma usual e prevista no currículo escolar, como leitura obrigatória, que não foi sua escolha e não despertou seu interesse. Essa pessoa não entrará espontaneamente em uma biblioteca.

O educador fala às pessoas, assim constrói teias que tornam possível o mundo humano. Discurso que faz um mundo. Mas essa construção depende da capacidade do educador usar os símbolos que circulam entre as pessoas comuns. (BRANDÃO, 1984, p. 42)

O seu reencontro com o livro precisará ser nos seus termos, dentro do seu universo de interesse e plataformas preferenciais. A tecnologia permeia o mundo contemporâneo e possibilita propor conteúdos literários a baixo custo ou custo zero por meio de audiolivros, livros eletrônicos, livros em PDF de domínio público, portais e redes sociais com a produção literária independente, que se caracteriza por uma menor quantidade de texto e visual atraente. A proposta precisará ser precedida de investigação sobre seus interesses temáticos, seja presencialmente, sugerindo os endereços eletrônicos em abordagens informais, seja pelo meio eletrônico, com uma comunicação eficaz de promoção da leitura, entendida aqui como a seleção de obras contemporâneas, com a contextualização de tema e autoria, empreendida pelas Secretarias de Educação e Cultura, a exemplo da oferta de livros físicos de literatura infantil do Itaú Cultural, divulgadas por meio da comunicação eletrônica.

A disponibilização de livros onde há trânsito de pessoas, com ou sem a presença de mediadores, é outra estratégia para despertar o interesse pelos conteúdos literários. Livros em praças, parquinhos, pontos de ônibus, no transporte público, em táxis, em pontos de espera passiva, como postos de saúde, bancos, centros culturais e outros, atraem a curiosidade pelo livro e desinibem o não leitor para a consulta e leitura dos conteúdos “para passar o tempo”. A

curadoria de títulos precisará levar em conta a temática adequada ao perfil de frequentadores do local, o apelo visual do projeto gráfico, o título e a possibilidade de leitura de pequenos textos e ao alcance do entendimento pelo alfabetizado funcional, rudimentar ou básico (IPM, 2011).

Levar a literatura aos meios audiovisuais, plataforma preferida pela maior parte dos brasileiros, é outro canal de promoção mobilizador. Anunciar livros como sugestão de presente, inserir livros na cenografia de novelas, ter programas com dicas de leitura em emissoras de rádio populares e pautar rádio e TV sobre opções de leitura com *press-releases* atrativos e didáticos são algumas das possibilidades do mercado editorial para despertar o interesse do não leitor.

Finalmente, ações presenciais de mediação literária, com acervo variado e realizadas fora do âmbito de escolas e bibliotecas, preferencialmente nas ruas, em situação de descontração propícia ao diálogo, promovem um encontro prazeroso com o livro e pessoas de todas as idades. “Deve-lhe ser apresentada uma diversidade de gêneros e a possibilidade de escolher o que lhe atrai mais e lhe dá prazer. Devem ser facilitadas e respeitadas suas escolhas. A ligação entre a escrita e a leitura pode ser um caminho interessante.” (FAILLA, 2012, p. 106).

A imersão na literatura é sedutora quando se dá em situações favoráveis, em que a pessoa não tenha vergonha de ficar muito tempo olhando uma mesma página, ou ainda que possa desistir de ler o primeiro título que consultou, sem se inibir. Quando o contato com o livro é espontâneo e livre, a pessoa repete a experiência e volta para buscar outro. Por isso, qualquer ação de promoção da leitura, em ambientes não institucionalizados para tal fim, necessita de periodicidade regular, dando a oportunidade para se repetir a experiência.

É preciso poder escolher. E ter variedade para escolher. Depois de rejeitado o primeiro livro, o segundo, quantos forem necessários, virá um que traga uma descoberta. Por isso costumo dizer que ler é como namorar. Quem acha que não gosta é porque está com um parceiro que não lhe dá prazer. Trate de trocar. (MACHADO, 2012, p.60)

Falta de tempo, outras preferências, desinteresse, falta de dinheiro e falta de bibliotecas, nessa ordem, são os principais motivos de não leitores em resposta às pesquisas. Ler muito devagar é outra das limitações citadas (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2008; 2011). Ações de incentivo à leitura com abordagens e em locais não usuais dão a oportunidade do não leitor vivenciar uma experiência prazerosa e descobrir o livro.

6. Troca, diálogo e assuntos do cotidiano

Educador e educando são duas pessoas em situação de troca, num mesmo nível de busca de conhecimento, orientava o educador Paulo Freire aos difusores de sua metodologia (FREIRE, 1983).

A troca propicia o aprendizado mútuo e fomenta o diálogo. Paulo Freire reitera esse princípio em várias de suas obras, lembrando aos educadores que a capacidade e habilidade de escrita e leitura não os únicos saberes de valia. Todos têm algo a ensinar e a aprender. E complementa “A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores [...]” (FREIRE, 1983, p. 46).

O que se pretende com o diálogo, em qualquer hipótese [...] é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la. (FREIRE, 1983, p. 34)

Formação de leitores e promoção da leitura tradicionalmente estão a cargo de educadores e bibliotecários, orientados para o utilitarismo da função, as regras e diretrizes do sistema do qual fazem parte. Um sistema que não incentiva a troca e o diálogo. Os educandos frequentemente têm seu primeiro contato com o livro na escola. Livros que não escolheram, com os quais nem sempre se identificam, e não há tempo ou predisposição do educador para dialogar e iniciar uma troca de ideias em que busque identificar pontos convergência dos conteúdos dos livros com os interesses do educando.

A leitura obrigatória no período escolar é um dos motivos sempre citados nas pesquisas para justificar o “não gostar de ler”. Frequentar bibliotecas acaba também sendo atrelado à obrigatoriedade. Forma-se, assim, um não leitor adulto, que não foi cativado pelos livros e que, ao contrário, rejeita o livro e a literatura.

Reconquistar esse ex-leitor, despertando seu interesse pelo livro e a literatura, é o trabalho ao qual se dedica a produtora cultural MUDA Práticas, objeto do estudo de caso com observação participativa.

Estudo de caso é a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo "como" e "por que", quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. (YIN, 2001, p.19)

A MUDA é uma produtora cultural de pequeno porte fundada em 2004, que tem como diferencial realizar ações culturais itinerantes em espaços públicos, levando a cultura para a rua, ao encontro de seu público. Nos últimos cinco anos, especializou-se no incentivo à leitura.

Sediada no bairro de Pinheiros, na zona Oeste da capital paulista, com duas sócias, uma arquiteta e urbanista e uma jornalista, funciona em rede com mais de 60 parceiros, o que lhe confere capacidade operacional para implementar projetos com capilaridade e simultaneidade.

Com a definição genérica de Ocupação Literária, a MUDA tem projetos diversos, que realiza com o patrocínio de instituições ou empresas e também voluntariamente. A diretriz dos projetos é sempre a mesma: levar a literatura para a rua, em intervenções urbanas que se destacam na paisagem, e trocar histórias dos livros que leva com as histórias das pessoas que se aproximam, buscando os pontos de interesse durante o diálogo.

A rede de mediadores de leitura é composta por atores, muitos deles com formação em Sociologia, Antropologia e Jornalismo. Desinibidos e com a habilidade de interação e interpretação, atuam em duplas ou trios nas Ocupações Literárias, convidando os transeuntes para um dedo de prosa ou para ouvir uma poesia. É o pretexto para que as pessoas se aproximem e iniciem um diálogo, falando sobre o que gostam e o que não gostam, se costumam ler ou não, e ficam à vontade escolhendo um livro do acervo, para ler um pouco ali mesmo, ou levar para casa e trazer depois.

Os mediadores, que preferem ser denominados facilitadores de leitura, são orientados a ajudar a pessoa na seleção de alguns títulos a partir das preferências comentadas. Eventualmente, o facilitador não conhece todo o acervo disponível, e essa é uma oportunidade para, junto com a pessoa, consultar a contracapa, a orelha do livro, e gentilmente demonstrar como fazer para descobrirem juntos do que trata o livro, quem é o autor, a época em que foi escrito, a particularidade temática, etc.

As instalações artísticas das Ocupações Literárias sempre têm algum tipo de suporte para que se forme uma sala de leitura ao ar livre, com cadeiras de praia, banquinhos de papelão ou cangas, criando um ambiente confortável.

A curadoria dos livros para a ação é feita por uma das sócias junto com os facilitadores que a implementarão. Leva em conta o perfil do público que usualmente transita pelo local, selecionando-se a maior parte dos livros de textos curtos, que possam ser lidos rapidamente, como poesias, contos, crônicas de diversos gêneros, ou trechos de livros que tenham sentido

se lidos isoladamente. O acervo sempre tem livros para todas as idades, mesclando clássicos e lançamentos e alguns gibis, todos com design atraente.

Pequena parte do acervo é composta por publicações independentes de jovens autores, aos quais os adolescentes são bastante receptivos ao conteúdo e forma, e se identificam com os autores, chegando até mesmo a escrever para alguns deles. Dá-se preferência a um livro infantil de Obax, livro de lendas africanas, ao invés de histórias dos Irmãos Grimm ou de personagens Disney, bem como a autores contemporâneos e de referência da literatura brasileira e universal. Há livros novos e também livros de sebo, bem conservados, estimulando a reutilização e circulação do livro, o que também barateia as ações quando se doa livros.

Nas trocas de histórias e leituras, embora aconteçam em espaço público e aberto, sem privacidade, cria-se um clima de comunhão entre o facilitador e as pessoas que se aproximam. Estas contam *causos*, choram ao ouvir poesias, divertem-se com as crônicas e contos, e, quando vão embora, anotam o nome do livro que gostaram, querem saber mais do autor, agradecem pela experiência e abraçam os facilitadores como velhos conhecidos, com quem se trocou intimidades.

A observação participativa se deu na implementação dos seguintes projetos, nos meses de maio e junho de 2015:

1. Banho de Leitura, uma banheira cheia de almofadas e livros, montada em uma estrutura de madeira que contém uma minibiblioteca, para as pessoas terem a experiência de ler na banheira. Um guarda-sol e cadeiras de praia ao redor formam o ambiente. Há quem entre na banheira e outros que preferam as cadeiras, mas todos leem. A ação aconteceu no Largo da Batata, em São Paulo.
2. Carrinho literário: um carrinho de feira leva um acervo de livros, grandes cangas de chitão e um varal de leitura. Essa é uma Ocupação volante em que os facilitadores fazem paradas de cerca de 1 hora em cada local, num determinado trecho. A ação aconteceu na Paulista Aberta durante a manhã de sua inauguração.
3. Leve Livro: uma estante de livros sobre rodízios, feita com caixotes para laranjas, pintados com cores vivas, com acervo de 130 livros para trocar: doe 1, leve 1. Varal de leitura e 10 cadeiras de praia formam o ambiente em praças ou ruas. O projeto foi contratado por uma instituição para percorrer 81 cidades do interior paulista, um dia em cada cidade, e nove

idades por dia, simultaneamente. Acompanhei a ação em cidades mais próximas da Capital como Franco da Rocha e Santos. O público afluiu em quantidade, muitas vezes doando mais livros do que a quantidade que pretendiam levar.

“O que é imediatamente experimentado não precisa ser ensinado nem repetido para ser memorizado. O sentido é dado pelo uso.” (BRANDÃO, 1994, pp. 40-41).

Da observação participativa, destacam-se:

- Levar o livro onde as pessoas frequentam incentiva pessoas de todos os perfis à leitura. Fazer do espaço público um espaço de leitura é uma transgressão que atrai as pessoas.
- A cenografia das Ocupações, com instalações artísticas, é um pretexto que deixa as pessoas mais à vontade para se aproximar, ver de perto e participar.
- A troca de histórias, diálogo dos facilitadores com as pessoas, desinibe os que não têm o hábito da leitura e possibilita o direcionamento dos livros de acordo com os interesses demonstrados. As pessoas são muito receptivas a essa abordagem.
- Atores estabelecem um diálogo horizontal simpático desde o primeiro momento. As pessoas ficam realmente à vontade com os facilitadores, sem inibição.
- Os formatos dos projetos proporcionam uma experiência prazerosa de leitura que não se encerra ali. Muitos voltam para ouvir mais, contar mais, ler mais ou pedir uma indicação de leitura do mesmo autor ou tema a que foram apresentados.
- A diversidade do acervo mostrou ser importante para atender pessoas dos mais variados perfis.
- Ouvir, interagir, sugerir e ofertar é uma sequência de atitudes que cativa as pessoas.
- O aprendizado é um processo de troca.

6. Considerações finais

Não aprendi com a gramática. Dizem que os jovens não gostam de ler. Mas como poderiam amar a leitura não houvesse alguém que lesse para eles? Aprende-se o prazer da leitura da mesma forma que se aprende o prazer da música: ouvindo.

Rubem Alves (1984)

Nossa cultura de oralidade, espontaneidade e a relação com os meios audiovisuais que precedem a relação com a leitura requer formas não convencionais de promover o encontro das pessoas com os livros.

Em sociedades letradas, escrever e ler estão incorporados na rotina da maioria das pessoas, o que não ocorre no Brasil, que não tem como tradição a leitura, com mais de 1/3 da população adulta analfabeta ou com alfabetização funcional, e onde predominam lares com lazer e informação exclusivamente por meios audiovisuais.

O encontro com a leitura e a literatura há de ser divertido, emocionante, surpreendente, critérios pelos quais as pessoas selecionam seus programas culturais (BRASIL, 2014b).

No Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), não há qualquer citação sobre o que o potencial leitor busca e como atraí-lo para a leitura e a escrita, atividades simbioticamente relacionadas. A expansão das bibliotecas, alcançando 97% dos municípios brasileiros, tem contribuição modesta na atração de não leitores. A capacitação de mediadores recrutados entre professores e bibliotecários tende a repetir a postura “de cima para baixo” que caracteriza os núcleos educacionais convencionais, que, por força da estrutura, são altamente regradados e engessados.

Gilberto Gil, no exercício do Ministério da Cultura em 2006, já destacava: [...] a leitura é simultaneamente um componente do que chamamos cidadania e um componente do que chamamos desenvolvimento. Para que ela cumpra o seu papel nessas duas áreas, é fundamental que o governo crie um ambiente favorável à sua multiplicação, à sua afirmação. (BRASIL, 2006)

Enquanto isso, em São Paulo, a produção literária e a leitura são vigorosos na periferia da cidade, onde se concentra o maior percentual de pessoas subalternizadas, com pouca ou nenhuma educação formal. Normalmente, com a mentoria de uma liderança mais letrada, a população busca seu próprio formato de literatura e modos de aprender a ler. O ambiente divertido e surpreendente dos encontros literários tem muita poesia e amor; também tem drama e as mazelas sobre a exclusão socioeconômica, como nas novelas televisivas. O público improvisa, declama, interage, quer e se esforça para compreender e refletir sobre os conteúdos. Gosta do que ouve e procura ler, percorrendo o caminho inverso do tradicional aprender a escrever para depois aprender a ler.

Deve-se à gestão de Marilena Chauí à frente da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo (1989-1992) o protagonismo paulistano na descentralização das atividades culturais

e no incentivo à produção cultural pelos cidadãos. Os ônibus biblioteca, percorrendo os bairros, e as caixas-estantes, estruturas simples com um pequeno acervo de livros, democratizaram o acesso aos livros em vários pontos da cidade. No documento de prestação de contas de sua gestão, Cidadania Cultural – Relato de uma experiência institucional, há a tomada de posição quanto ao modo de inserção da cultura na sociedade, definindo a cidadania cultural como direito à informação e à fruição e como trabalho de criação do novo em várias frentes, o que deu visibilidade a movimentos culturais da periferia e intercâmbio de práticas.

Em âmbito nacional, o Ministério da Cultura ampliou o fomento à literatura na última década, o que se estendeu à esfera estadual em São Paulo, que tem buscado incorporar, em seus editais, a produção cultural que contempla a diversidade e expressões culturais de dimensão antropológica.

Particularmente na literatura, o incentivo estadual e municipal privilegia a promoção da leitura em seus equipamentos culturais, o que exclui a conquista de novos espaços de leitura, um das atividades recomendadas nas diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL).

Os programas de incentivo à leitura preveem modalidades convencionais de contação de histórias, saraus, mediação e, vez por outra, teatro. Não há incentivo para o desenvolvimento de novas alternativas, como o movimento do Livro Livre, Bibliotecas Itinerantes como a Bicicloteca, Rodas de Leitura, Leitura no Vagão, Poetas Ambulantes, Bambutoteca, Tem mais Gente Lendo, entre outras dezenas de maneiras criativas para levar a literatura onde o público está, do jeito que ele gosta – divertido, emocionante, surpreendente, descontraído – e assim despertar seu interesse pelo livro e pela leitura (BICICLOTECA; GERAQUE, 2011; LEITURA NO VAGAO; POETAS AMBULANTES; PROJETO LIVRO LIVRE; RODAS DE LEITURA; TEM MAIS GENTE LENDO).

Analisando os precedentes do PNLL, ele é um avanço significativo como política de Estado para a promoção do livro e da leitura. Com diagnóstico bastante rico sobre os fatores que inibem a formação de alfabetizados plenos e leitores, define que o Governo Federal se limita a implementar atividades e ações para crianças e adolescentes que, desde 2006, não se mostram eficazes, deixando para as instituições e entidades da sociedade as iniciativas e ações mais desafiadoras: a formação de leitores adultos e a educação permanente formal ou informal que podem efetivamente transformar o perfil do país.

Finalmente, a formação de agentes e produtores culturais não é contemplada nas políticas públicas e programas que visam a fomentar a produção cultural por novos protagonistas. Programas como o VAI!, do município de São Paulo, e o Cultura Viva, federal,

com os Pontos de Cultura, são excelentes para a descentralização cultural e valorização do empreendedorismo cultural, viabilizando financeiramente seus projetos. Ganhariam mais consistência se agregassem uma formação para que esses empreendedores se tornassem produtores culturais plenos, aprofundando-se nos significados e possibilidades do projeto premiado e com capacitação para desenvolver outros e ir além.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Rubem. *Conversas com quem gosta de ensinar*. 7ª. edição. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

ASSUMÇÃO, Jeferson. Leitura Cultural, crítica ou utilitária. In: INSTITUTO PRÓ-LIVRO. *Retratos da Leitura no Brasil 2*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008. Pp. 83-94.

BICICLOTECA. Blog do movimento itinerante Bicicloteca. Disponível em: <<https://biciclotecas.wordpress.com/>>. Acesso em: 26 set. 2015.

BRANDÃO, CARLOS R. *Educação Popular*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Manifesto dos pioneiros da escola nova*. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/70Anos/Manifesto_dos_Pioneiros_Educacao_Nova.pdf>. Acesso em: 26 set. 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL)*. Ministério da Cultura e da Educação, 2006. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/pnll>>. Acesso em: 16 set. 2015.

BRASIL. *Caderno do PNLL*. Edição atualizada e revisada em 2014. Ministério da Cultura e da Educação, 2014a. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1171222/cadernoPNLL_2014ab.pdf/df8f8f20-d613-49aa-94f5-edebf1a7a660>. Acesso em: 09 jun. 2015

BRASIL. Ministério da Cultura. *Panorama Setorial da Cultura Brasileira 2013-2014*. São Paulo: Alluci, 2014b.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2003.

_____. *Leitores, espectadores e internautas*. Tradução: Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras, 2008. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/index.cfm?cd_pagina=2806&pag=2>. Acesso em: 09 jun. 2015.

_____. *Creatividad y Jóvenes: Prácticas Emergentes*. Introducción. In: Avances de Investigación nº 65 Cultura y Desarrollo – una visión distinta desde los jóvenes. Madrid: CeALCI Fundación Carolina, 2011.

CANDIDO, Antonio (1988). *Vários escritos: o direito à literatura*. 5ª. edição. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.

CASTRILLÓN, Sílvia. *O direito de ler e escrever*. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Pulo do Gato, 2011.

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania Cultural - O direito à cultura*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

FAILLA, Zoaira. Os jovens, a leitura e a Inclusão. In: INSTITUTO PRÓ-LIVRO. *Retratos da Leitura no Brasil 3*. Novembro de 2011. Disponível em: <<http://prolivro.org.br/images/antigo/4095.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2015.

FIPE - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. *Produção e vendas do setor editorial brasileiro ano base 2014*. São Paulo: FIPE, 2015. Disponível em: <http://www.snel.org.br/wp-content/themes/snel/docs/pesquisa_fipe_2015_ano_base_2014.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2015.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Coleção O Mundo, Hoje).

_____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 1ª. edição. São Paulo: Autores Associados : Cortez, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 4). Prefácio de Antônio Joaquim Severino.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Pesquisa Nacional Públicos de Cultura*. São Paulo: SESC, 2013. Disponível em: <<http://www.sesc.com.br/portal/site/publicosdecultura/sintese/>>. Acesso em: 26 set. 15. Tabelas disponíveis em: <http://www.fpabramo.org.br/pesquisasfpa/wp-content/uploads/2014/04/FPA_Pesquisa_PublCultura.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2015.

GERAQUE, Eduardo. "Bicicleteca" empresta livros para moradores de rua em SP. Folha de São Paulo, 27 jul. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/950367-bicicleteca-empresta-livros-para-moradores-de-rua-em-sp.shtml>>. Acesso em: 26 dez. 2015.

GONÇALO FILHO. *É uma pena não viver – uma biografia de Rubem Alves*. São Paulo: Planeta, 2015.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere – Volume 1*. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. Coedição: Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IBGE – FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2010*. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=12>>. Acesso em: 09 jun. 2015. Resultados Gerais da Amostra. IBGE, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2015.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. *Retratos da Leitura no Brasil 2*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008.

_____. *Retratos da Leitura no Brasil 3*. Novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.imprensaoficial.com.br/retratosdaleitura/RetratosDaLeituraNoBrasil3-2012.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2015. Tabelas disponíveis em:

<<http://www.cultura.gov.br/documents/10883/38605/Retratos-da-leitura-no-Brasil.pdf/8524bcf0-d7b4-4d16-bc42-b90edac8104c/>>. Acesso em: 09 jun. 2015.

IPM - INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. *INAF Brasil 2011* - Principais resultados. Disponível em: <http://www.ipm.org.br/pt-br/programas/inaf/relatoriosinafbrasil/Paginas/inaf2011_2012.aspx>. Acesso em: 16 set. 2015.

KONDER, Leandro. *O que é dialética*. São Paulo: Abril Cultural / Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos).

LEITURA NO VAGÃO. Página de comunidade na rede social Facebook; visa a incentivar a leitura dentro dos vagões de metrô. Disponível em: <<https://www.facebook.com/leituranovagao/?fref=ts>>. Acesso em: 26 dez. 2015

MACHADO, Ana Maria. Sangue nas Veias. In: INSTITUTO PRÓ-LIVRO. Retratos da Leitura no Brasil 3. Novembro de 2011. Disponível em: <<http://prolivro.org.br/images/antigo/4095.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2015.

MARQUES NETO, José Castilho (org.). *Plano Nacional do Livro e da Leitura – Textos e História 2006-2010*. São Paulo : Cultura Acadêmica Editora, 2010.

MONASTA, Attilio. *Antonio Gramsci*. Ministério da Educação / UNESCO - Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Ed. Massangana, 2010. (Coleção Educadores MEC).

MORAES, Dênis. A Tirania do Fugaz: Mercantilização Cultural e Saturação Midiática. In: MORAES, Dênis (org.). *Sociedade Midiatizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

MUDA PRATICAS. Website <http://www.mudapraticas.com.br/> e página na rede social Facebook de ocupações literárias <https://www.facebook.com/ocupacaoliteraria/?fref=ts>
Acesso em: 26 jun. 2015

ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira – Cultura Brasileira e Indústria Cultural*. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

POETAS AMBULANTES. Página de comunidade na rede social Facebook do coletivo Poetas Ambulantes. Disponível em: <<https://www.facebook.com/PoetasAmbulantes/?fref=ts>>. Acesso em: 26 dez. 2015.

PROJETO LIVRO LIVRE. Website da iniciativa, que propõe o compartilhamento de obras literárias em domínio público. Disponível em: <<http://www.projetoLivroLivre.com/>>. Acesso em: 26 dez. 2015.

RODAS DE LEITURA. Página de comunidade na rede social Facebook; propõe ações culturais para ocupar espaços públicos através da mediação da leitura. Disponível em: <<https://www.facebook.com/rodasdleitura/?fref=ts>>. Acesso em: 26 dez. 2015.

RUBIM, A. Canelas. *Marxismo, Cultura e Intelectuais no Brasil*. Salvador: Centro Editorial e Didático – Universidade Federal da Bahia, 1995.

_____; BARBALHO, Alexandre (orgs.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007. (Coleção Cult).

SÃO PAULO. Plano Municipal do Livro, da Leitura, da Literatura e da Biblioteca da Cidade de São Paulo. Governo de São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://pmlilbbsp.com/>>. Acesso em: 09 jun. 2015.

SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do Trabalho Científico*. Edição revista e ampliada. E-book digitalizado. São Paulo: Cortez, 2000.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do Espelho*. Uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SODRÉ, N. Werneck. *Síntese da história da cultura brasileira*. 20ª. edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TEM MAIS GENTE LENDO. Página de comunidade na rede social Facebook; festeja, cultua e apoia o gesto da leitura nos espaços públicos. Disponível em: <<https://www.facebook.com/temmaisgentelendo/>>. Acesso em: 26 dez. 2015.

UNESCO. *Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil: lições da prática*. Brasília: UNESCO, 2008.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Trad. Daniel Grassi. 2ª. edição. Porto Alegre: Bookman, 2001.